

MANIFESTO DO MOVIMENTO POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

LUTAR, CRIAR, UNIVERSIDADE POPULAR

ÉSTUDANTES NA LUTA
EM DEFESA DA VIDA
E DOS DIREITOS!



MANIFESTO DO MOVIMENTO POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

LUTAR, CRIAR, UNIVERSIDADE POPULAR

ESTUDANTES NA LUTA EM DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS!

SUMÁRIO

A vida e os direitos devem estar acima do lucro!.....	4
Contra a substituição do ensino presencial nas Universidades e Institutos Federais	7
Pela garantia e ampliação das políticas de assistência e permanência estudantil	12
Contra a PL 3076/2020: o Future-se 2.0	18
Educação não é mercadoria, deve estar acima do lucro!	15
Construir a Universidade Popular é preciso!	14

MANIFESTO DO MOVIMENTO POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

LUTAR, CRIAR, UNIVERSIDADE POPULAR: ESTUDANTES NA LUTA EM DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS!

A VIDA E OS DIREITOS DEVEM ESTAR ACIMA DO LUCRO!

A pandemia de COVID-19 intensificou uma série de contradições que já vinham sendo evidenciadas pela crise sistêmica que o capitalismo vive hoje, com reflexos nos diversos setores que envolvem a vida humana, impondo duras circunstâncias à realidade da classe trabalhadora em todo o planeta. Os governos burgueses têm mostrado sua incapacidade em combater a crise sanitária, especialmente porque a agenda de contrarreformas ultraliberais e os consequentes ataques aos direitos sociais se contrapõem à necessidade de isolamento social frente a disseminação da doença.

Enquanto países, como China e Vietnã, conseguiram tomar medidas eficientes de combate, desde campanhas de prevenção massivas até a rápida construção de hospitais inteiros focados no combate à doença, e Cuba se destaca novamente no cenário internacional exportando equipes de profissionais da saúde para outros países, no Brasil, o governo de Bolsonaro e Mourão continua sua política de subserviência aos interesses do capital, na aplicação do programa ultraliberal de desmonte dos serviços públicos, ataques aos direitos sociais, liberdades democráticas e o incentivo ao irracionalismo.

A política genocida de Bolsonaro já matou mais de 90 mil pessoas. Se, em um primeiro momento, os óbitos se destacavam entre os mais idosos, dada sua maior vulnerabilidade, foi com o avanço da pandemia que os jovens tornaram-se também vítimas letais da doença, dado o massivo contágio entre a juventude trabalhadora - que em nenhum momento teve direito ao isolamento.

Intensificando a precarização, as ondas de demissões em diversos setores já fizeram mais de 1 milhão de desempregados só no período de pandemia. Aqueles que mantêm seu emprego têm sofrido com a suspensão de contratos, redução de carga horária e de salários. Todo o contingente de desempregados não consegue encontrar postos de trabalho formais,

restando a informalidade como alternativa. Juntas, as empresas de aplicativos já são o maior empregador do país, somam um corpo de mais de 4 milhões de trabalhadores, sendo os jovens de 18 a 27 anos cerca de 75% desse total, aumentando ainda mais o conjunto de milhões de brasileiros que sofrem com cargas horárias abusivas e arcam com todo o ônus, como a má remuneração somada à ausência de responsabilização das empresas pelo corpo de funcionários.

Para além dessas questões, 2020 bate recordes de homicídios realizados por intervenção de agentes do Estado nas favelas e periferias, demonstrando que as incursões policiais são atividades essenciais. Operações vêm sendo conduzidas com as típicas arbitrariedades, tirando vidas e sonhos da juventude do país, não por despreparo policial, mas sim por um exército de guerra treinado e preparado para matar e violar os direitos dos moradores das favelas, que deixam claro que só uma parcela da população tem direito a se proteger do vírus e a realizar o isolamento social. Como se já não bastasse a guerra imposta nesses territórios, muitas famílias tiveram o auxílio emergencial negado, ou o dinheiro recebido pelo auxílio não supre as necessidades e os gastos mensais (cabe analisar os atrasos para o depósito do auxílio e do calendário para conseguir efetuar o saque), obrigando os trabalhadores a irem às ruas em busca de recursos complementares para não passar fome.

Brigadas e campanhas de solidariedade vêm sendo realizadas nas favelas, cumprindo o que deveria ser o papel do Estado, distribuindo cestas básicas e kits de limpeza aos moradores em territórios os quais diversos fatores impossibilitam o combate à pandemia. dentre eles, a falta de suprimento de água para as moradias (impedindo a realização de medidas profiláticas), a falta de investimentos nas Unidades de Pronto Atendimento e nas Clínicas da Família, a falta de testes de diagnóstico (que vêm sendo racionados), a falta de leitos (a maioria dos leitos de UTI no Brasil se encontra nos hospitais privados) e a falta de políticas para a garantia do isolamento social.

Na América Latina, existe um contingente de trabalhadores muito grande que não consegue trabalho formal, vive em situação de marginalidade e sobrevive sobre estratégias alternativas. O capital estabelece formas de controle (mecanismos de legitimação e reprodução da ordem), sendo o encarceramento em massa e o extermínio da população negra um projeto político, que tem como intuito controlar esse exército de mão-de-obra excedente. Com crescimento do trabalho informal e precarização das condições de vida, aumenta o contingente de trabalhadores em situação de

marginalidade, ocorrendo assim a intensificação do projeto político de encarceramento e extermínio.

De acordo com os dados da OXFAM (2020), o 1% dos mais ricos do planeta detêm mais que o dobro da riqueza da população que habita o mundo¹, e dados da ONU (2019) apontam que o Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo². Enquanto estes e toda classe dominante se desesperam na ânsia por mais lucros, trabalhadores e trabalhadoras são obrigados a continuar expondo suas vidas ao perigo no ambiente de trabalho e em transportes públicos lotados, demonstrando que a quarentena é um direito negado a boa parte da população. Não podemos deixar ser esquecido que uma das primeiras mortes pela COVID-19 no país foi a de uma empregada doméstica, que contraiu o vírus da sua patroa que havia retornado de uma viagem à Itália. Infelizmente, a maioria das mulheres trabalhadoras do nosso país se encontra nos postos de trabalhos informais e precarizados, muitas se encontram, também, na linha de frente dos hospitais e dos serviços de saúde, tendo um risco aumentado ao COVID-19, principalmente, devido à falta de garantia de EPIs nos locais de trabalho.

Na periferia do sistema, morrem também, pela ausência ou pela presença proposital do Estado, muitos dos povos tradicionais. Nos campos, rios, aldeias e territórios quilombolas surgem iniciativas de organização interna na busca por sobrevivência; barreiras sanitárias e a solidariedade de classe é que possibilitam a vida nesse momento em diversas regiões de nosso país. A letalidade do vírus atinge os mais velhos, anciãos e caciques com mais força, e a luta contra a pandemia para esses povos se configura na luta pela sua própria existência e história.

Desde antes do começo da pandemia, já vínhamos destacando a necessidade de levantar alto a bandeira do “Fora Bolsonaro e Mourão” para cassar a chapa presidencial e barrar a política de terra arrasada e destruição dos direitos dos trabalhadores. O governo ilegítimo, antinacional, antidemocrático e antipopular que comanda o país, fruto de eleições fraudulentas, combinadas com o aparato das fake news e apoiadas pelo Judiciário, não expressa os interesses da juventude e da classe trabalhadora.

É urgente a organização da juventude e dos movimentos sociais e estudantis, articulados com os culturais, de favelas, de bairros, dos campos, rios e florestas no sentido de construir um movi-

mento unificado que faça frente a todos os ataques do presente e que garanta **a vida e os direitos acima dos lucros!**

CONTRA A SUBSTITUIÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS

A suspensão das aulas e outras atividades acadêmicas presenciais, inegavelmente, foi uma providência necessária para enfrentar a pandemia, entendendo que as instituições de ensino superior públicas do Brasil movimentam grande público diariamente, com demandas das diversas regiões do país e também do exterior. Após o início do período de quarentena no Brasil, entretanto, o Ministério da Educação de Bolsonaro rapidamente publicou a portaria nº 343, de 17 de março, prorrogada pela portaria nº 473 de 12 de maio, que autoriza e orienta os institutos e universidades federais a substituírem as aulas presenciais pelas virtuais com intermédio de tecnologias da comunicação, aprofundando a política de precarização da educação em curso no país.

Os debates nas universidades têm girado em torno dos modelos de Ensino a Distância (EaD) e Ensino Remoto, que apresentam diferenças importantes. O EaD representa uma modalidade educacional reconhecida pelo MEC, onde a distância entre professor e aluno é mediada por um conjunto de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) e uso de materiais específicos, se popularizando nas últimas décadas sob o discurso de uma suposta ampliação do acesso ao ensino, mas que na prática tem representado um avanço substancial da precarização. Por sua vez, o Ensino Remoto, ao mesmo tempo que tenta se apresentar enquanto uma modalidade mais avançada por acontecer em tempo real e permitir, em tese, interação direta entre professor e aluno, ignora por completo a ausência de um planejamento específico e uma parte significativa dos currículos que não podem ser aplicados em modo virtual. Ambas as modalidades de ensino virtual expressam um conjunto de limitações e contradições, consolidando-se enquanto formas para os conglomerados educacionais privados ampliarem seus lucros, sem qualquer compromisso com a qualidade do ensino oferecido.

Contudo, diferente do que faz parecer o governo federal, os impactos da pandemia sobre a vida dos estudantes e trabalhadores das universidades não se restringem apenas à presença na sala de aula e calendários acadêmicos. A própria estrutura dessas instituições abrangem diversos setores da vida dos seus estudantes com trabalho, pesquisa, extensão, moradia, alimentação, assistência médica e psicológica, entre outros. Assim, uma simples transposição do presencial para o virtual - como foi imposto para as instituições de ensino, ignorando tudo que permeia o funcionamento de uma universidade e a vida daqueles que compõe a comunidade acadêmica - não apenas é incapaz de solucionar os problemas mais centrais

ocasionados pela pandemia, como é incompatível com os objetivos, ferramentas, metodologias e necessidades para realização das aulas.

A portaria é o exemplo concreto da negligência do governo Bolsonaro-Mourão com as condições da educação pública, ignorando a ampla desigualdade entre os estudantes brasileiros, que varia de acordo com as instituições e sua localidade, além da falta de preparo, planejamento e recursos específicos para operacionalizar essa mudança na metodologia de ensino. Mais uma vez o Governo Federal transferiu, unilateralmente, a responsabilidade de estabelecer as formas de implementação de qualquer que seja a política para o momento e suas condições necessárias para a gestão das universidades, seus trabalhadores e para os estudantes, se isentando do processo.

No Brasil, 58% dos domicílios não têm acesso a computador e 33% não dispõem de internet, segundo a pesquisa TIC Domicílios 2019, do Cetic (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação), em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chegando a 53,5%.

Evidenciando ainda mais a desigualdade, a pesquisa mostra que nas casas onde havia acesso à internet, o rendimento médio por pessoa era por volta de R\$ 1.769, quase o dobro do rendimento nas casas daqueles que não acessam a rede. A pesquisa aponta também a dificuldade em fazer a internet chegar a certas regiões do país, nesse caso mesmo que as pessoas queiram, não existe possibilidade de contratar um serviço de internet pela falta de cobertura; como esperado, esse percentual é mais elevado na Região Norte, onde 13,8% daqueles que não acessam a internet não têm acesso ao serviço nos locais que frequentam.

Mas os problemas destas formas de ensino estão para além da distância ou dificuldade de acesso às TDICs. A concepção de um modelo educacional voltado para a lógica elitista e meritocrática de mercado, que prioriza um ensino cada vez mais tecnicista para acelerar o processo de formação da mão de obra, é um problema central e recai, inclusive, sobre o acesso. Além de acentuar as desigualdades, ele reforça a perspectiva individualista e culpa os próprios estudantes e trabalhadores por estarem em situação de precariedade, sob a falsa argumentação da necessidade de um esforço individual, e ignora o contexto maior no qual a população está inserida. Ademais, a implementação dessa modalidade transfere os ônus referentes à estrutura para os próprios estudantes, como energia, água, ambientação, desconsiderando a realidade da maioria dos lares brasileiros, além de não proporcionar nenhuma forma de assistência aos mesmos.

Além disso, nos espaços em que os calendários do ensino remoto vêm sendo aprovados, é nítida a centralidade da questão financeira à medida que vem sendo debatida, especificamente, a situação dos estudantes concluintes (somente em etapa de apresentação do TCC e colação de grau) e dos estudantes ingressantes, tendo

em mente os números de estudantes egressos e ingressos para que a universidade possa manter sua verba no ano seguinte, evidenciando o caráter criminoso do governo federal que ameaça os já escassos recursos das universidades públicas diante de uma pandemia. Além disso, vemos mais uma vez se colocar em primeiro plano a questão do ensino, relegando e desmontando o tripé universitário (pesquisa e extensão) no período de excepcionalidade vivido.

Ao pressionar as universidades para seu retorno das atividades em modalidade remota, o MEC, em acordo com os interesses do atual governo e dos tubarões da educação, ignora que os impactos da pandemia na vida dos estudantes vão além da suspensão do calendário acadêmico, e que esses desdobramentos deveriam estabelecer uma ordem de prioridades na hora de direcionar os esforços e recursos da pasta, os quais determinam inclusive o debate da transferência das aulas para o meio virtual, exigindo encaminhamentos muito mais profundos que o de distribuir tablets e chips para os estudantes. É válido lembrar, inclusive, que a maioria dos estudantes necessitam de livros emprestados pelas bibliotecas para garantir o acompanhamento das disciplinas, tendo em vista que não apresentam condições financeiras para garantir a compra no mercado online/físico de materiais que são cobrados no ensino e avaliações, laboratórios de informática para elaboração de trabalhos e realização de pesquisas, bem como acompanhamento especializado devido a especificidades no processo de ensino-aprendizagem. Aos estudantes que possuem deficiências, tal cenário virtual sem os devidos amparos é sinônimo de exclusão, ao contrário do que diz o discurso da “inovação e democratização do acesso” anteriormente citado.

O Movimento Estudantil não pode recuar na defesa de uma bandeira histórica, como a luta contra a substituição do ensino presencial, especialmente diante de tamanha crise social, na qual a vulnerabilidade daqueles que mais sofrem com as desigualdades do nosso país é acentuada.

A situação dos estágios

A situação dos estudantes concluintes que precisam cumprir a disciplina de Estágio Curricular Obrigatório para integralização do currículo, por exemplo, é ignorada nas discussões. Além dessa situação não ser incluída nos calendários, as instituições não se propõem a dialogar com estes para compreender as suas condições e se preparar para ofertar a disciplina de maneira presencial, tendo a garantia da biossegurança, mobilidade e assistência estudantil para estes discentes.

Ainda, a questão da realização de estágios não foi sequer debatida, orientada ou normatizada pelo MEC, deixando uma brecha

enorme nesse ponto fundamental. Enquanto algumas universidades e institutos proibiram a completa realização de estágios obrigatórios, seja pela modalidade presencial ou remota, outras aprovaram a realização dos mesmos, a exemplo do IFAL. Não obstante, esse debate não é um ponto central nas discussões dos comitês criados pelas instituições, em que muitas não emitiram nenhum documento ou posicionamento a respeito, deixando estudantes refém dos interesses dos contratantes, dos perigos de contaminação e sem nenhum tipo de apoio legal, financeiro ou psicológico. Nas instituições federais que autorizaram a realização de estágios, em nenhum momento se estabelece parâmetros e critérios de segurança que venham a resguardar estudantes e professores, colocando mais ainda o corpo discente e docente em posições de risco.

Com o ERE a desigualdade de gênero cresce

Com o avanço do capitalismo, as mulheres da classe trabalhadora cada vez mais são lançadas para as duplas e triplas jornadas de trabalho, quadro acentuado diante de um momento que limita diversos serviços que servem como suporte mínimo a essas mulheres, que agora lidam com a presença de mais pessoas por mais tempo em casa, a suspensão das atividades nas creches e nas escolas dos filhos e a manutenção da carga horária do trabalho, em muitos casos mais intensa. Um contexto que, certamente, irá se colocar como uma barreira a mais para a permanência dessas mulheres nas universidades, fortalecendo o já alto número de evasão. Para além disso, discentes mães vêm sendo exigidas a acompanhar as aulas remotas de maneira síncrona com seus filhos/filhas, e ter conhecimentos/pensar estratégias para ensinar em casa e garantir o desenvolvimento infantil. Algumas encontrando diversos obstáculos como a falta de equipamentos tecnológicos, falta de espaço doméstico para realização das atividades e sobrecarga - sendo extremamente complicado conseguir conciliar a rotina - com uma fixação de horário para assistir aulas remotas da universidade em casa.

De acordo com a pesquisa realizada pelo Parent Science (2020)³, a pandemia vem afetando a produtividade acadêmica e tem se visto uma grande dificuldade dos docentes em trabalhar de maneira remota - apenas 8% das docentes mulheres e 18,3% dos docentes homens, relataram estar conseguindo trabalhar de maneira remota. A pesquisa analisa os impactos de gênero, raça e parentalidade, mostrando que mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos foram as mais afetadas quanto à produtividade acadêmica, enquanto a produtividade dos homens foi a menos afetada.

Nossas universidade e institutos federais valem a luta!

Vale lembrar que a pesquisa nas instituições públicas de ensino

não está parada e é responsável hoje pelos maiores avanços no que tange o combate à pandemia. Dessa forma, em todo o país, pesquisadores têm voltado seus esforços para a confecção de EPIs, maneiras de produzir respiradores com menos recursos, produção em larga escala de insumos para hospitais e distribuição nas cidades, além dos testes das possíveis vacinas para COVID-19. Existem também inúmeros projetos de extensão que possuem um papel pedagógico e de conscientização para tentar frear o crescimento do contágio, e as movimentações da comunidade acadêmica, sindicatos, entidades estudantis e coletivos para arrecadar recursos para seus membros em vulnerabilidade e para demais grupos da comunidade externa.

Desde maio os levantamentos apontam que apenas nas Universidades federais já eram conduzidas pelo menos 823 pesquisas relacionadas ao novo coronavírus, pelo menos 96 ações de produção de álcool e produtos sanitizantes e 104 ações de produção de equipamentos de proteção individual, como protetores faciais, máscaras de pano e aventais.

O notório interesse em promover a precarização da educação pública por parte daqueles que estão a frente do MEC vem acompanhado do desrespeito à autonomia das instituições públicas, ignorando os processos de consulta nas escolhas da direção e reitorias. Além de atropelar ou manipular conselhos e instâncias deliberativas para aprovação de interesses próprios que não levam em consideração as necessidades e direitos dos estudantes, professores e técnico-administrativo. A postura rasteira do MEC torna os debates institucionais sobre a implementação de metodologias virtuais ainda mais turvos, com pouco interesse em elucidar os justos questionamentos da comunidade acadêmica e direcionar recursos e esforços para o combate ao coronavírus.

O governo está comprometido em destruir a educação pública

Essa negligência se dá pelo compromisso do Governo Federal com um projeto de educação acrítico e tecnicista, que encontra no ensino remoto a oportunidade perfeita para apresentar a precarização como uma receita para o sucesso, mesmo sabendo que isso custará a inviabilização de milhares de matrículas pelas mais diversas condições que são enfrentadas no contexto da pandemia e da crise do capitalismo.

O mesmo MEC que corta a verba da educação sistematicamente promete pagar por tablets e chips para incentivar a implementação do ensino remoto, o que fica de fora da exposição é a realidade financeira do projeto de inclusão digital de Bolsonaro. Desde as primeiras adoções dessa metodologia, vemos estampadas nas páginas oficiais das universidades públicas agradecimentos a grandes empresários e publicidade de empresas do ramo da Tecnologia da Informação que estão financiando o “novo normal” da educação. Como quem paga a banda escolhe a música, sabemos bem que o final dessa

história é a dominação da educação pública pelos oligopólios da educação, colocando em prática o velho projeto de leilão das federais.

Não podemos esquecer que a política do governo genocida gira em torno do próprio privilégio, expressão disso é a relação direta do braço direito do presidente, o ministro da economia Paulo Guedes, que não apenas é irmão da vice-presidenta da associação nacional de universidades privadas - ferrenha defensora da privatização da educação e das metodologias de ensino à distância - como tem investimentos ativos no setor educacional privado e à distância, captando até 1 Bilhão de reais em lucro.

Não iremos rebaixar nossas bandeiras! Há mais de um ano o movimento estudantil brasileiro impõe denúncias e derrotas ao projeto de destruição da educação coordenado por Bolsonaro, Mourão, Guedes e seus aliados, e novamente daremos nosso recado em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, firmes na luta pelo acesso universal e pela universidade popular, na construção do socialismo!

Pela garantia e ampliação das políticas de assistência e permanência estudantil

As políticas de Assistência e Permanência estudantil são o que assegura o acesso e a permanência dos filhos e filhas da classe trabalhadora nas instituições de ensino e são pautas históricas do Movimento Estudantil, com a reivindicação de bolsas, casas de estudantes, restaurantes universitários, programas de atendimento à saúde, dentre tantos outros. Mas sabemos que somente as políticas de assistência estudantil existentes não são suficientes. As bolsas, por exemplo, em grande parte utilizam de critérios meritocráticos de rendimento acadêmico para serem distribuídas e aquelas poucas de critério socioeconômico possuem menor valor e são distribuídas em menor quantidade. E nesse contexto de pandemia, a situação tende a piorar. Durante o primeiro semestre de 2020, a taxa de evasão no ensino superior cresceu de 3,8% para 4,3%, escancarando os problemas oriundos desse cenário de crise, pandemia e aumento das desigualdades. Entendendo a assistência estudantil como uma importante ferramenta de combate à evasão dos estudantes e de minimização dos efeitos da desigualdade social no processo de aprendizado, repensar a lógica das políticas de assistência e permanência que as universidades oferecem hoje é crucial, exigindo que essas políticas, tais como as bolsas, sejam mantidas e ampliadas durante todo o período de pandemia.

O amparo psicológico diante do contexto de adoecimento mental que vivemos, junto a outros aspectos do capitalismo somados à

pandemia, revela-se como urgente e demanda atenção do movimento estudantil em lutar pela saúde mental no ensino superior, tema tão urgente e, ainda assim, relegado dentro da realidade das instituições. Sob o ensino remoto, já são observadas consequências para a saúde de professores e alunos, com inúmeros relatos de desgastes expostos, tanto pela sobrecarga quanto pela impotência candente de fingir que ensina e fingir que aprende. O sofrimento psíquico, potencializado pelo isolamento social - ou mesmo pela impossibilidade dele -, é fator de evasão, e recai sobre as políticas de permanência. Assim, é necessário exigir a garantia e ampliação de políticas de amparo psíquico que atendam à comunidade acadêmica.

A política de assistência estudantil deveria contemplar a necessidade de inclusão tecnológica, mas isso nunca foi visto de fato nas universidades. Coincidentemente, somente agora as reitorias decidiram conceder tablets, chips e modems aos estudantes, quando a questão de acesso às tecnologias deveria ser uma ação já existente enquanto política obrigatória de suporte à graduação dos estudantes oriundos da classe trabalhadora. Entendemos que a distribuição desses equipamentos não é suficiente para incluir os estudantes em situação de vulnerabilidade e que a assistência estudantil, durante a pandemia, não deve se restringir a isso. Pelo contrário, a assistência estudantil deve contemplar principalmente as necessidades de alimentação, saúde e moradia dos estudantes, somando a isso o amparo psicológico necessário. Para isso, as reitorias devem criar um canal de diálogo direto com os mais interessados: os estudantes.

Tendo essas questões como pontos centrais, defendemos e reivindicamos:

- **Revogação imediata da EC 95;**
- **Maior investimento e garantia para o PNAES;**
- **Redirecionamento das verbas de serviços que estão parados (como restaurantes e ônibus universitários) para as demais áreas ligadas à assistência estudantil ampliando os auxílios;**
- **Distribuição de produtos de higiene e limpeza para as moradias estudantis;**
- **Desburocratização no acesso de bolsas das universidades;**
- **Ampla distribuição de aparelhos tecnológicos;**

cos e que isso não sirva de chantagem para que os estudantes façam disciplinas remotamente;

- **Serviços de atendimento psicológico;**
- **Ampliação da Assistência Estudantil para estudantes da Pós-graduação.**

CONTRA A PL 3076/2020: O FUTURE-SE 2.0

O atual governo Bolsonaro-Mourão sempre deixou claro seu interesse em desmantelar a educação pública brasileira, atacando diretamente escolas, institutos federais e universidades, fazendo cortes no orçamento e tentando desmoralizar o trabalho fundamental de pesquisa, ciência e tecnologia desempenhado por essas instituições. Jair Bolsonaro se dedicou em manter à frente do MEC aliados responsáveis por fazer a moldagem necessária do projeto ultraliberal de Paulo Guedes para a educação brasileira e de seus ideólogos direitistas do Escola Sem Partido e reacionários do chamado “Olavismo”. Com destaque para o projeto do “Future-se”, a política educacional central do governo que traça um modelo empresarial para as IES, e se apresenta como o maior pacote privatista já submetido a instituições de ensino superior e visa consolidar a estratégia de eliminar e restringir o potencial de pesquisa e extensão de universidades públicas no Brasil - que hoje representam mais de 90% da produção científica do país - apenas a meras prestadoras de serviços ao mercado.

Seu objetivo é submeter na totalidade o ensino e a pesquisa a serviço dos interesses capitalistas, celebrando a privatização das IFEs por meio de contratos privados, criação de fundos de capital, promoção e concessão de empréstimos a novas empresas e alocação de espaços públicos para publicidade da empresa. Este projeto faz parte de sequência de medidas e reformas aplicadas ao longo do tempo que resultaram em desmonte e precarização. O “Future-se” de julho de 2019, amplamente rejeitado por estudantes e órgãos estudantis no período de consulta, foi discretamente encaminhado ao parlamento na sua versão 2.0. Isso mostra que, em meio a uma crise de saúde, o atual governo brasileiro está mais comprometido em eliminar direitos do que em salvar vidas.

As novas atualizações no texto almejam ocultar ainda mais seus interesses além da falsa flexibilização com relação às intervenções autoritárias do governo que atropelam a autonomia universitária. Ao mesmo tempo que não abrem mão de entregar as institu-

ições públicas de ensino para a iniciativa privada, possibilitando que empresas não só controlem os rumos das nossas pesquisas, como direcionem seus financiamentos.

Não se pode menosprezar a relação entre o propósito de privatização da educação e a pressão para adoção das modalidades de ensino a distância ou remota, em total concordância com as orientações feitas pelo Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio de aumento das parcerias públicos-privadas e adoção de contratos de prestação de serviço, sobretudo no ramo das tecnologias de comunicação. Esse processo se materializa em volumosos contratos com as empresas da área, além de colocar articulações universitárias como agências prestadoras de serviços, e a exploração da mão-de-obra dos estudantes.

É fundamental a mobilização de estudantes e servidores para derrotar novamente este projeto, agora no parlamento, assim como fizemos nas ruas e em nossas instituições no último período. O “Future-se” é sinônimo de um passo ousado rumo à privatização e a submissão das instituições e seus projetos de ensino, pesquisa e extensão à lógica do grande capital, de acordo com um modelo de sociedade que aumenta as desigualdades sociais e precariza a juventude, priorizando os interesses do mercado privado ao mesmo tempo que desarticula a função social de nossos Institutos Federais e Universidades.

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA, DEVE ESTAR ACIMA DO LUCRO!

As instituições privadas de ensino superior impõe com mais força para a juventude trabalhadora a lógica de produção de mão de obra, levando estudantes a um ciclo de formação profissional mínima para tentar romper a barreira de seleção do mercado deixando essa parcela ainda mais exposta a uma lógica mercantilizada e precarizada de ensino.

Com o início da quarentena, essas instituições passaram como uma substituição automática do ensino presencial, com aulas via EaD em instituições que apresentam parque tecnológico, matriz pedagógica e profissionais formados para atuar neste módulo, e outras - a maioria - via Ensino Remoto, uma forma de ensino à distância mais precarizada ainda, tendo em vista que utiliza plataformas que foram criadas com o intuito de fazer reuniões e vídeos conferências, e plataformas do mercado como Teams (Microsoft), Google Class, Google Meet e Zoom, que estão competindo pela maior fatia do mercado, sendo estas utilizadas também nas universidades públicas. Levando em consideração também que o

corpo docente não foi formado para realizar o trabalho remoto e tem que se adaptar e construir um plano de aula e metodologia de mediação pedagógicas à distância na urgência, dentre diversos outros fatores que nos mostram que além dessas vias de ensino serem excludentes, analisando do ponto em que muitos estudantes não têm equipamentos e/ou internet para ter acesso, é também uma forma de ensino extremamente precarizada e que aprofunda a mercantilização da educação.

Cabe ressaltar, que o ensino presencial foi prontamente substituído pelo Ensino Remoto sem qualquer tipo de consulta aos estudantes e professores. Demonstrando claramente o interesse financeiro em continuar as aulas à todo custo e deixando de lado qualquer tipo de preocupação com o acesso ou a qualidade do ensino.

A Luta pela redução das mensalidades!

Para além disso, a readequação do ensino presencial pelo ensino a distância foi efetuada, sem ocorrer a redução das mensalidades, sem levar em conta a matriz pedagógica dos cursos e sem considerar a situação de anormalidade no país. Claramente mostrando o interesse dos grandes tubarões da educação, que não reduzem as mensalidades mas oferecem bolsas a possíveis ingressantes para cooptar novos estudantes para as instituições.

O Movimento Estudantil, em diversas localidades do país, se uniu na luta pela redução das mensalidades, contra a demissão de funcionários e retirada de bolsas, auxílios, estágios e iniciações científicas. Alguns locais conseguiram aprovação de projetos de lei que garantam a redução das mensalidades, como por exemplo o Rio de Janeiro, que teve o projeto sancionado (Lei N° 8915), porém, muitas instituições privadas não vêm cumprindo a lei, pois nela foi estabelecida uma mesa de negociações entre as direções da instituição e estudantes, quando a realidade destes espaços nos mostram a dificuldade do diálogo dos estudantes com reitorias, direções e até mesmo coordenações de cursos. Em alguns locais os discentes precisam recorrer até a notificações extrajudiciais e/ou ação judicial para ter uma reunião com a direção da instituição de ensino.

Vale ressaltar também que a maioria das universidades privadas e institutos seguem cobrando uma taxa de trancamento de matrícula e em caso de eventual reabertura da mesma há a perda de bolsas e descontos possuídos anteriormente. Diversos estudantes perderam suas fontes de renda neste período e precisaram realizar o trancamento pela impossibilidade de continuar pagando as mensalidades em

dia e/ou de prosseguir com os estudos pela falta de acesso à internet e diversos outros fatores.

Seguimos firmes contra os oligopólios da educação!

O Movimento Por Uma Universidade Popular, comprometido com a construção do Programa da Universidade Popular, acredita que os estudantes devem cerrar fileiras para impedir que os grandes oligopólios da educação precarizem ainda mais o ensino sob justificativas de anormalidade e pandemia para ocultar seus reais interesses de garantir o ciclo de valorização do capital ao qual estão submetidos seus lucros. Devemos nos organizar para impedir essas diversas formas de assédio, retiradas de direitos e precarização da educação para manutenção dos lucros. Não há espaço para o recuo estratégico para a defesa do mesmo EaD que no momento seguinte nos levará novamente à luta, reafirmando que educação não é mercadoria e não deve servir para o lucro de grandes corporações financeiras.

Mesmo em um momento de crise não pode se desviar do compromisso pragmático por uma educação de qualidade, principalmente quando sabemos que o interesse não é a garantia da formação dos estudantes para que estes possam ingressar no mercado de trabalho. Não podemos aceitar a precarização do ensino via Ensino à Distância ou Ensino Remoto, o que é uma diretriz antiga, utilizada no momento de pandemia e excepcionalidade vivido, para colocar em prática o que o Banco Mundial chama de Educação Terciária, que tem projetos políticos pedagógicos reduzidos, serve para manter a população controlada e produz certificação em larga escala.

Temos que ter em mente que no pós-quarentena não iremos voltar para as universidades que deixamos. Precisamos repensar as estruturas das universidades, temos como tarefa principal construir uma contraproposta que bata de frente mostrando que de fato a saída está longe de ser a readequação do ensino presencial pelo ensino à distância/remoto. Não podemos nos iludir e reduzir o nosso programa de universidade e deixar de defender a permanência estudantil. Para além disso, este modelo de educação será responsável por aprofundar as desigualdades no país, tendo em vista que alguns vão conseguir integralizar o currículo e milhares de outros não.

Por isso que, além de lutarmos pela redução das mensalidades, que é direito dos estudantes, defendemos:

- **A suspensão imediata das mensalidades, sem que haja cobranças posteriores ao período de suspensão das**

aulas;

- **O fim da aplicação de aulas à distância na modalidade online em caráter de obrigatoriedade;**
- **A manutenção dos salários integrais a todos os trabalhadores durante todo o período de fechamento das instituições, que os grandes acionistas arquem com os custos da crise;**
- **A anulação dos critérios de frequência e aprovação para manutenção de bolsas e financiamentos, não podemos tolerar um ensino que cobra da mesma maneira, mas que não ensina da mesma maneira;**
- **O congelamento das taxas de juros sobre o financiamento via FIES ou outros programas privados;**
- **A manutenção do pagamento de bolsas e auxílio financeiros durante o período de pandemia, e a liberação imediata dos estudantes em estágios obrigatórios sem prejuízo;**
- **A isenção de taxas de trancamento de matrícula durante o período que perdurar a pandemia;**
- **A manutenção de bolsas em casos de matrículas trancadas no período da pandemia e reabertas após seu término;**
- **Programa Emergencial de Assistência e auxílio para os estudantes de universidades privadas.**

CONSTRUIR A UNIVERSIDADE POPULAR É PRECISO!

O projeto de universidade que defendemos e precisamos é aquele capaz de compreender e transformar realidade, articulando o tripé ensino, pesquisa e extensão com objetivo de atender às reais necessidades da nossa classe, que sente ainda mais os impactos das contradições em períodos de crise como esse. Os esforços das instituições de ensino precisam se voltar para o combate à crise sanitária em defesa da vida. E isso pode ser feito por meio do fortalecimento e ampliação das atividades que hoje já acontecem nas universidades, que resistem às inúmeras tentativas de sucateamento e desmonte. São exemplos as universidades que hoje realizam testes de COVID-19, que, com maior financiamento, poderiam contribuir dentro de um programa de testagem em massa, fundamental para evitar o avanço da pandemia.

Nossa luta é pela universidade que luta pela garantia de quarentena com dignidade para seus estudantes e trabalhadores, concentra seus esforços no combate à pandemia ao lado dos tra-

balhadores brasileiros, direciona seus recursos humanos e tecnológicos para produção científica que responde às necessidades de quem constrói esse país.

Nosso projeto de universidade passa necessariamente por um projeto de poder popular!

É o momento de fortalecer o movimento estudantil e as nossas entidades para resistirmos ao projeto de educação defendido e executado pela extrema direita, e apresentar o nosso projeto de construção da universidade popular e a luta contra os retrocessos na educação brasileira!

LUTAR, CRIAR, UNIVERSIDADE POPULAR!

REFERÊNCIAS:

1- OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar - o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. Brasília: Oxfam Internacional, 2020. Disponível em: . Acesso em: 18 jul. 2020.

2- ONU. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

3 - PARENT IN SCIENCE. **PRODUTIVIDADE ACADÊMICA DURANTE A PANDEMIA: Efeitos de gênero, raça e parentalidade 2020**. Disponível em: <<https://bit.ly/2ApPHI0>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

4 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS. **Ciência salva vidas**, 2020. Página inicial. Disponível em: <<http://cienciasalvavidas.com.br>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

5 - INSTITUTO Semesp lança mapa do ensino superior no Brasil em 2020. **Semesp**, 2020. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/noticias/instituto-semesp-mapa-do-ensino-superior-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

6 - DAVID, Ana Clara de Souza. Permanência estudantil em tempos de pandemia. **Hora do Povo**, 2020. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/permanencia-estudantil-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.



 [muparticipaçãonacional](https://www.facebook.com/muparticipaçãonacional)

 [mup.nacional](https://www.instagram.com/mup.nacional)